



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 10830.723735/2013-19  
**Recurso nº** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** 9202-007.152 – 2ª Turma  
**Sessão de** 29 de agosto de 2018  
**Matéria** IRPF  
**Recorrente** ANTONIO AUGUSTO GOMES DOS SANTOS  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Período de apuração: 30/08/2010 a 30/04/2013

GANHO DE CAPITAL. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. DIREITO À ISENÇÃO. AÇÕES ADQUIRIDAS DENTRO DO PRAZO LEGAL.

É isento do imposto de renda o ganho de capital decorrente da alienação de participações societárias adquiridas sob a égide do Decreto-lei nº 1.510, de 1976, e negociadas após cinco anos da data da aquisição, ainda que a transação tenha ocorrido já na vigência da Lei nº 7.713, de 1988.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Maria Helena Cotta Cardozo - Presidente em Exercício.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Patrícia da Silva, Pedro Paulo Pereira Barbosa, Ana Paula Fernandes, Mário Pereira de Pinho Filho (suplente convocado), Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Maria Helena Cotta Cardozo (Presidente em Exercício).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Contribuinte contra o Acórdão n.º 2201-002.699 proferido pela 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF, em 11 de março de 2015, no qual restou consignada a seguinte ementa, fls. 990:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Período de apuração: 30/08/2010 a 30/04/2013*

*GANHO DE CAPITAL. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO  
SOCIETÁRIA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO.  
INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.*

*A isenção prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.510, de 1976, por ter sido expressamente revogada pelo artigo 58 da Lei nº 7.713, de 1988, não se aplica a fato gerador (alienação) ocorrido a partir de 1º de janeiro de 1989 (vigência da Lei nº 7.713, de 1988), pois inexiste direito adquirido a regime jurídico.*

*GANHO DE CAPITAL. VALOR DE ALIENAÇÃO  
REGISTRADO NO TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL.*

*Considera-se como valor de alienação aquele registrado no Termo de Verificação e utilizado para apuração do imposto devido, independentemente de majoração por parte da DRJ, ainda que para corrigir erro material devido a lapso manifesto.*

Posteriormente, foram opostos Embargos de Declaração pelo Contribuinte, que foram acolhidos para sanar a omissão do julgado, conforme a ementa abaixo:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA  
FÍSICA IRPF*

*Período de apuração: 30/08/2010 a 30/04/2013*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESISTÊNCIA  
PARCIAL DO RECURSO. QUITAÇÃO DO CRÉDITO  
TRIBUTÁRIO QUE ENSEJOU A MULTA QUALIFICADA.  
AFASTAMENTO DA MULTA. OMISSÃO QUE DEVE SER  
SANADA.*

*O contribuinte expressou a desistência parcial da defesa, antes do julgamento, pois promoveu pagamento da única parcela do crédito tributário que ensejou*

*a lavratura de multa de ofício qualificada. Neste sentido, deve ser sanado o acórdão embargado que decidiu pela manutenção da multa qualificada em relação ao crédito tributário extinto pelo pagamento.*

Em seguida, foi interposto **Recurso Especial**, fls. 1.032 a 1.057, admitido, por meio do **Despacho** de fls. 1.128 a 1.131, para rediscutir a questão atinente à **interpretação do art. 4º, "d", do Decreto-lei n.º 1.510/1976, especificamente quanto o direito adquirido à isenção prevista no referido dispositivo, no caso de alienação de participações societárias realizadas após sua revogação, pela Lei n.º 7.713/1998.**

Aduz a Contribuinte, em síntese, que:

- a) *trata-se de hipótese de não incidência do imposto de renda condicionada a cumprimento de uma condição, qual seja, ter adquirido ou subscrito a ação ou quota de capital após decorrido o período de cinco anos;*
- b) *todas as pessoas que adquiriram ou subscreveram quotas ou ações até 1993, adquiriram o direito a não incidência do IRPF, uma vez que cumpriram o requisito previsto pelo dispositivo supra transcrito;*
- c) *o acórdão recorrido contrariou o entendimento pacífico do C. Superior Tribunal de Justiça, bem como desta própria C. Câmara Superior de Recursos Fiscais, no sentido de que a alienação de participação societária adquirida sob a égide do art. 4º, alínea "d", do Decreto-lei n.º 1510, de 1976, após decorridos cinco anos da aquisição, não constitui operação tributável, ainda que realizada sob a vigência de nova lei revogadora do benefício, tendo em vista o direito adquirido, constitucionalmente previsto, pelo que merece ser reformado para cancelar integralmente o auto de infração.*

Intimada, a Procuradoria da Fazenda apresentou contrarrazões, fls. 1.133 a 1.138, sustentando que:

- a) *com a revogação dessa isenção, praticado o fato gerador do imposto, qual seja, auferimento de ganho de capital com a alienação de participação societária, é devido o imposto de renda incidente;*
- b) *à época em que o contribuinte vendeu sua participação acionária, a isenção instituída pelo Decreto-Lei 1.510/76 já havia sido revogada pelo art. 58 da Lei 7.713/88;*
- c) *em se tratando de isenção, prevalece a regra da revogabilidade a qualquer tempo, salvo nos casos de isenção condicional ou concedida a prazo certo;*
- d) *a ressalva contida no art. 178 do CTN é inaplicável à isenção ora discutida, pois se trata de benefício fiscal concedido de forma genérica e por prazo indeterminado;*
- e) *a isenção pleiteada pelo contribuinte, além de não ser concedida a termo, também não guarda relação com aquelas outorgadas em função de determinadas condições, amoldando-se, por conseguinte, à regra geral da revogabilidade a qualquer tempo;*

*f) mesmo com a manutenção das ações no patrimônio do contribuinte por mais de 5 anos, não há que se falar em isenção sem a ocorrência da alienação desses ativos na vigência do Decreto-lei nº 1.510, de 27/12/76, por faltar um dos pressupostos para a aquisição do direito;*

*g) as referidas alienações de participação societária não se encontram encobertas por regra isentiva alguma, razão pela qual deve ser mantido o presente auto de infração.*

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora.

Conheço do recurso, pois se encontra tempestivo e presentes os requisitos de admissibilidade

A divergência jurisprudencial suscitada, conforme narrado, tem como objeto a rediscussão sobre **à interpretação do art. 4º, "d", do Decreto-lei n.º 1.510/1976, especificamente quanto o direito adquirido à isenção prevista no referido dispositivo, no caso de alienação de participações societárias realizadas após sua revogação, pela Lei n.º 7.713/1998.**

No que se refere à divergência, o Acórdão recorrido consignou o entendimento no sentido de que a Lei n.º 7.713/1988 deve ser aplicada aos fatos geradores ocorridos durante sua vigência, considerando que o Decreto-Lei n.º 1.510/1976 foi expressamente revogado.

Assim, para o Recorrido, embora as ações tenham permanecido em poder do contribuinte por cinco anos na vigência da norma isentiva, a alienação ocorreu posteriormente, quando já havia sido expressamente revogado o benefício (com o advento da Lei n.º 7.713/88), o que afastaria do direito à isenção.

Cabe salientar que o pleito do Recorrente está em consonância com o Ato Declaratório PGFN n.º 12, de 25 de junho de 2018, que assim dispõe:

*"nas ações judiciais que fixam o entendimento de que há isenção do imposto de renda no ganho de capital decorrente da alienação de participações societárias adquiridas até 31/12/1983 e mantidas por, pelo menos, cinco anos, sem mudança de titularidade, até a data da vigência da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, não sendo a referida isenção, contudo, aplicável às ações bonificadas adquiridas após 31/12/1983 (incluem-se no conceito de bonificações as participações no capital social oriundas de incorporações de reservas e/ou lucros)."*

Desse modo, adquiridas as ações até 31/12/1983 e mantidas por, pelo menos, cinco anos, sem mudança de titularidade, até a data da vigência da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, há isenção do imposto de renda no ganho de capital decorrente da alienação

de participações societárias, ainda que a alienação tenha ocorrido após a revogação da lei concessiva do direito à isenção.

Diante do exposto, voto por conhecer do Recurso Especial e, no mérito, dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz .